

157/

AAL Nº 70026295592 2008/CÍVEL

> APELAÇÃO CÍVEL. FALÊNCIA. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DA INTIMAÇÃO PROTESTOS QUE EMBASAM O PEDIDO, CIÊNCIA DOS **APONTES** ADMITIDA EM SEDE CONTESTAÇÃO. **AJUIZAMENTO** DE **AÇÃO** CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. **NECESSIDADE** DE INTIMAÇÃO **PESSOAL** SUPRIDA. DEPÓSITO ELISIVO NÃO EFETIVADO. DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO CAUTELAR QUE DÁ CONTA DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. PECULIARIDADES DO CONCRETO QUE AUTORIZAÇÃO A DECRETAÇÃO DA QUEBRA.

> De regra, o pedido de falência deve vir acompanhado da certidão do protesto caracterizando, assim, a impontualidade do devedor, devendo constar do instrumento o nome da pessoa que recebeu a intimação.

Na hipótese dos autos, porém, demonstrada a ciência inequívoca do devedor acerca dos protestos, que vem corroborada pelo ajuizamento de ação cautelar de sustação de protesto pelo devedor, não há como afastar a certeza acerca do aponte do título. Sentença reformada.

#### **APELO PROVIDO.**

APELAÇÃO CÍVEL

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Nº 70026295592

COMARCA DE NOVO HAMBURGO

FAE FABRIL LTDA

**APELANTE** 

G A C DUARTE LTDA

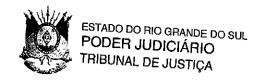
**APELADO** 

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em dar provimento ao apelo.

.



AAL Nº 70026295592 2008/CÍVEL



Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA (PRESIDENTE) E DESA. LIÉGE PURICELLI PIRES.

Porto Alegre, 16 de outubro de 2008.

DES. ARTUR ARNILDO LUDWIG, Relator.

# RELATÓRIO

DES. ARTUR ARNILDO LUDWIG (RELATOR)

FAE FABRIL LTDA. apela da sentença que julgou extinto o feito falimentar proposto contra G A C DUARTE LTDA.

Em suas razões sustenta que as triplicatas mercantis que embasam o pleito falimentar teriam sido regularmente protestadas e teriam origem em venda mercantil estabelecida entre as partes. Sustenta que na contestação a apelada teria trazido a informação acerca dos protestos que teria recebido, os quais seriam os mesmos descritos na inicial. Argumenta que a própria recorrida admite a sua regular intimação acerca dos protestos, o que afastaria o argumento da sentença de ausência de intimação regular. Requer seja decretada a quebra da demandada. Postula o provimento do apelo.

Instada (fl. 142) a demandada deixou transcorrer "in albis" o prazo para contra-arrazoar (fl. 142).

Subiram os autos a esta Corte.

Manifestação exarada pelo Ministério Público às fls. 151/155, opinando pelo provimento do apelo.

Vieram-me os autos conclusos para julgamento.



158/19 158

AAL Nº 70026295592 2008/CÍVEL

Registro, por fim, que tendo em vista a adoção do sistema informatizado, os procedimentos para observância dos ditames dos arts. 549, 551 e 552, do CPC foram simplificados, mas observados na sua integralidade.

É o relatório.

#### VOTOS

## DES. ARTUR ARNILDO LUDWIG (RELATOR)

Eminentes Colegas.

Tenho firmado entendimento que para que possa ser decretada a quebra é imprescindível o preenchimento de todos os requisitos legais.

Dentre estes, destaca-se a exigência de que seja lavrado o protesto em obediência ao disposto no art.10, §1º, da Lei de Falências, efetuando-se a intimação em pessoa devidamente identificada.

Tal entendimento está de acordo com a orientação deste órgão colegiado, sobre a exigência de identificação da pessoa que recebeu a intimação dos protestos, para fins de decretação da falência.

Efetivamente, no caso presente, os instrumentos de protesto exibidos só certificam que a intimação foi cumprida e não identificam o nome da pessoa que recebeu a respectiva intimação.

Contudo, o presente caso se reveste de peculiaridades.

A primeira diz respeito à afirmação trazida com a contestação.

Disse a apelada: "Ocorre que na data de hoje foi surpreendida com a intimação do cartório de protestos desta comarca, informando do protesto do título, a saber (...)".

Como se vê, não se pode desconsiderar que a apelada reconhece o recebimento dos protestos, até porque, elenca, um a um, aqueles descritos na inicial pelo apelante.





AAL № 70026295592 2008/CÍVEL



A outra particularidade se refere ao ajuizamento de ação de sustação de protesto pela ré, contra a agravada, discutindo exatamente os protestos que embasam a presente assim, o que corrobora a tese de que à recorrida foi dada plena ciência acerca dos apontes.

A par disso, não há como fazer prevalecer o argumento de nulidade da intimação para fins de ajuizamento de pleito falimentar.

De outro norte, o acórdão de fls. 130/134, proferido pela egrégia 18ª Câmara Cível, encerrou a discussão acerca da validade das triplicatas, bem assim da existência da dívida, pois o apelo não restou conhecido, enquanto que a sentença foi de improcedência, sob o argumento de que a ora apelada não teria se desincumbido de seu ônus probatório de demonstrar a inexigibilidade do crédito (fl. 50).

Além do que já foi dito, a apelada foi devidamente intimada para elidir o débito, contudo, restou silente.

Nesse passo, uma vez reconhecida a efetivação da intimação pessoal do protesto, bem como a impontualidade do devedor, a decretação da quebra é medida que se impõe.

Pelo exposto, <u>dou provimento ao apelo</u> e <u>DECRETO a falência de</u> <u>G A C DUARTE LTDA em 16.10.2008, às 14h.</u>

As demais providências ficam sob responsabilidade do juízo processante.

É o voto.

# DESA. LIÉGE PURICELLI PIRES (REVISORA)

De acordo com o Relator, no caso concreto.





AAL Nº 70026295592 2008/CÍVEL

Com efeito, em que pese as intimações de protesto de fls. 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, e 38, as quais instruem o feito falimentar, não indicarem o nome da pessoa que as recebeu, a petição de fls. 40/46 demonstra que o apelado ingressou com ação anulatória dos protestos em fevereiro de 2002, referindo expressamente ter sido, naquela época, "surpreendido" com a intimação do protesto. Dessa forma, é do próprio réu a assertiva de ter recebido a intimação do protesto, de modo que, ausente prejuízo, resta sanado o vício da intimação, q qual, ao fim e ao cabo, atendeu a sua finalidade de informar o devedor do protesto da cambial.

Com essas ligeiras considerações, acompanho o e. Relator.

DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA (PRESIDENTE) - De acordo.

**DES. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA** - Presidente - Apelação Cível nº 70026295592, Comarca de Novo Hamburgo: "DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME."

Julgador(a) de 1º Grau: ALEXANDRE KOSBY BOEIRA



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

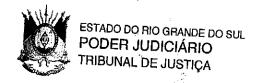
Signatário: ARTUR ARNILDO LUDWIG № de Série do certificado: 42230592A2CD1956 Data e hora da assinatura: 16/10/2008 17:41:50

Signatário: LIEGE PURICELLI PIRES Nº de Série do certificado: 03EB53C0CF37CCFF Data e hora da assinatura: 16/10/2008 17:43:27

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site\_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7002629559220081507313

5





AAL Nº 70026295592 2008/CÍVEL

